



José Manança Carvalho Vapor

MICROCRÉDITO ENQUANTO UMA INOVAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA

Junho, 2023



José Manança Carvalho Vapor

MICROCRÉDITO ENQUANTO UMA INOVAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Economia Social

Trabalho realizado sob orientação do

Professor Doutor Paulo Reis Mourão

Junho, 2023

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-Compartilhual
CC BY-SA**

<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Toda honra e glória dou a Deus, e este trabalho é prova de mais um feito seu em minha vida.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Reis Mourão pela tamanha paciência, discussões e acima de tudo, acreditar que eu seria capaz de desenvolver este trabalho mesmo com os desafios que persistiam.

Agradeço ao meu grande mentor e orientador da Licenciatura e concomitantemente recomendador para o Mestrado, Professor Doutor José Manuel Marcolino, mais do que isso, o senhor se tornou uma grande personalidade na minha vida.

Agradeço a minha Querida Avô, Victória Manança, aos meus Pais, Augusto Vapor, Vilma Pontes e Julieta Manança pelo apoio incondicional, antes e durante este ciclo, e mesmo na transição em si neste novo espaço geográfico, sempre acreditaram, investiram e me incentivaram a andar, mesmo que meus pés já não tivessem forças.

Agradeço aos meus amigos desta jornada, Edgar Kiala, Gerson Diniz e Jesus Freitas pela força, coragem e determinação neste desafio.

Agradeço a Professora Ana Maria Soares, que nos recebeu de forma calorosa e nos ajudou sem algum julgamento mesmo sendo desconhecidos.

Agradeço aos demais familiares Agostinho Manança (tio), Nádia Manança, António Jaime e a todo o pessoal que preencheu o inquérito, amigos e funcionários da Universidade do Minho que sempre estiveram engajados no tratamento dos meus problemas académicos de forma pedagógica e em especial a Professora Sílvia Sousa que sempre esteve com o pé disciplinar em todo o assunto ligado ao Mestrado e Dra, Estela.

E por último, não menos importante, gostaria de partilhar o meu mais sentimento de gratidão a equipa de gestão, colaboradores e amigos que conheci no Mc Donald's.

Muito obrigado!

RESUMO

O presente estudo procurou analisar o desempenho do microcrédito em Angola através de uma estruturação de três secções, onde a primeira serviu de guião deste trabalho através da esquematização da introdução, englobando todos os seus acessórios.

A segunda secção procurou explorar a revisão da literatura sobre os bancos sociais/microcréditos, apontando como uma das grandes diferenciações entre a inovação convencional e inovação social, o seu objetivo ou finalidade, porém não descartando a convergência que possa existir na sua atuação para o bem comum. Ainda nesta secção é demonstrada o quanto esta medida foi crucial em períodos distintos, porém apresentou-se o exemplo de Raiffeisen na Alemanha com a associação do Pão e do economista Yunus em Bangladesh com o Grameen Bank.

Na última secção é apresentado o esquema funcional do microcrédito em Angola, onde foi observado a sua institucionalização legal, sua pouca evidência de existência na base de dados Web of Science no período de 1900 a 2023, não sendo possível observar algum conteúdo sobre o microcrédito da realidade angolana. Ainda nesta secção é apresentado o resultado do questionário, na qual é possível observar que ainda existem poucas informações sobre este tema, o que de alguma coisa possa estar na origem da pouca perceção sobre o tema, e ainda também é observado que há poucas evidências para afirmar que não existe dependência de conhecimento do microcrédito e seus beneficiários.

Palavras-chave: Bancos sociais, inovação social, microcrédito em Angola.

ABSTRACT

The present study sought to analyze the performance of microcredit in Angola through a structuring of three sections, where the first served as a guide of this work through the schematization of the introduction, encompassing all its accessories.

The second section sought to explore the literature review on social banks/microcredits, pointing out one of the great differences between conventional innovation and social innovation, its objective or purpose, but not discarding the convergence that may exist in its performance for the common good. Still, in this section, it is demonstrated how crucial this measure was in different periods, but the example of Raiffeisen in Germany with the association of Bread and the economist was presented Yunus in Bangladesh with Grameen Bank.

The last section is presented the functional scheme of microcredit in Angola, where it was observed its legal institutionalization, is little evidence of existence in the Web of Science database in the period from 1900 to 2023, not possible to observe some content about the microcredit of the Angolan reality. Also in this section presented the results of the questionnaire, in which it is possible to observe that there is still little information about this theme, which may be the origin of the little perception of the subject, and it is also observed that there is little evidence to affirm that there is no dependence on knowledge of microcredit and its beneficiaries.

Keywords: Social banking, social innovation, microcredit in Angola.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Metodologia	16
2. A VISÃO DO BANCO SOCIAL COMO UMA INOVAÇÃO SOCIAL	19
2.1. Inovação	19
2.2. Inovação social	23
2.3. Banco social e microcrédito	25
2.4. Associação do Pão	28
2.5. Grameen Bank	29
2.6. Considerações finais	32
3. ANÁLISE dos BANCOS SOCIAIS e MICROCRÉDITO EM ANGOLA- da análise bibliométrica aos resultados do inquérito	33
3.1. Análise de documentos legislativos	34
3.2. Análise bibliométrica	35
3.3. Análise de dados do inquérito	38
3.4. Considerações finais	49
4. CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	51
ANEXOS	55
ANEXO 1- QUESTIONÁRIO	55

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Impacto da informação (%)	42
Tabela 2 Relação benefício e conhecimento do microcrédito.....	44
Tabela 3. Matriz da esperança do benefício e conhecimento de algum banco/agência com microcrédito	46
Tabela 4. Relação benefício e conhecimento de práticas ou instrumentos do microcrédito	47
Tabela 5. Matriz da esperança do benefício e conhecimento de práticas/instrumentos de microcrédito	47
Tabela 6. Relação conhecer banco social/microcrédito e conhecer alguma prática ou instrumento de microcrédito	48
Tabela 7. Matriz da esperança do conhecimento do banco social/microcrédito e conhecimento de suas práticas	48

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Análise da evolução de publicações	38
Gráfico 2. Idades (%).....	41
Gráfico 3. Atividade (%).....	42
Gráfico 4. Gráfico da análise das escalas	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de palavras-chave	36
Figura 2. Mapa dos países	37
Figura 3. Práticas de microcrédito que conhece.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCDs- Bancos Comunitários de Desenvolvimento

BNA- Banco Nacional de Angola

I&D- Investigação e Desenvolvimento

IMF- Instituições de Microfinanças

OECD- Organization for Economic Co-Operation and Development

ONGs- Organizações Não Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

TSM- Transferências Sociais Monetárias

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

USA- Estados Unidos da América

1. INTRODUÇÃO

O presente tema– **microcrédito enquanto uma inovação social em Angola**, constitui uma pesquisa seminal, pois mostra-se como sendo um tópico desafiador pela sua relevância nos estudos sobre o potencial nos contributos económicos e sociais que acarreta. Por outro lado, o grande desafio apresentado está na pouca difusão de estudos sobre o tema em Angola, aliciando uma maior oportunidade para esta pesquisa, concomitantemente com uma perceção inovadora.

Parte-se da ideia de que inovação¹, num sentido mais convencional representa uma ação ou um ato de inovar, ou seja, mudança de antigos costumes, atualização de legislações e outros processos. A mesma pode ainda ser vista como um efeito de renovação ou criação de alguma coisa nova. Paralelamente, a inovação social consiste assim na criação de novos conhecimentos ou até mesmo a combinação dos já existentes, podendo ser algum melhoramento, derivados da colaboração entre diversos agentes, por meio de processos sistemáticos, planeados e coordenados e que visam de forma sustentável uma mudança coletiva e benéfica à sociedade como defende Borges et al. (2015) citado por Brito & Oliveira (2019). Assim, neste estudo o tópico de inovação foca as figuras do banco social e do microcrédito.

A ideia deste tema ganhou um grande destaque numa fundamentação histórica sobre a realidade de concessão de microcréditos, isto é, numa visão partida do economista Yunus, no Bangladesh. Porém, antes o termo microcrédito foi usado no ano de 1846 por um pastor chamado Raiffeisen, na Alemanha; ele havia criado uma Associação do Pão, que cedia farinha de trigo para alguns camponeses que se encontravam endividados com agiotas, para que com a fabricação e comercialização pudessem aumentar os seus rendimentos e pagar suas dívidas. Ainda nesta perspetiva de ajuda aos pobres face aos agiotas, o economista Yunus, considera que o termo microcrédito está dirigido às populações pobres, com a falta de acesso ao

¹ Etimologicamente a palavra inovação deriva do latim *innovare* e significa incorporar, trazer para dentro, inserir o novo, a novidade, dessa forma, na origem a inovação significa simplesmente renovação.

crédito, que o caracteriza como uma política de combate à pobreza e não somente uma política de financiamento. O economista Yunus, na década de 1970, desenvolveu a experiência pioneira conhecida no mundo por Grameen Bank.

A ideia da criação deste banco teve a sua origem no decorrer de sua jornada como professor das áreas de ciências económicas, onde notou uma grande discrepância que havia naquele período sobre o que lecionava e o que vivia, pois parecia uma insuficiência nos seus arcabouços, o que lhe conduziu a necessidade de contribuir para que se contornasse a pobreza aguda que era marcante naquele meio através de um método de empréstimo (microcrédito), porém com pressupostos diferentes do convencional. Os alicerces do microcrédito não estariam em burocracias que desestimulassem e/ou excluíssem os mais necessitados, mas que os incluíssem concomitantemente com um espírito empreendedor ou suscitante ao empreendedorismo (beneficiários). A necessidade de input ao espírito empreendedor para este caso poderá estar intrinsecamente ligada com a questão de pobreza, servindo como base para a fundamentação deste trabalho (Binencasa & Texeira, 2011).

Alves (2020), no seu livro “Faz falta um banco social”, faz uma breve apresentação sobre alguns desafios do sistema capitalista, argumentando que ele de algum modo transmite aos seus agentes uma representatividade como seres unidimensionais cuja única missão é maximizar o lucro, enfatizando ainda que tais atitudes nos negócios de pendor capitalista leva os seres humanos a distorcerem aquela que é a gênese humana na tentativa do alcance do lucro.

Os bancos sociais surgem no sentido de atender a demanda de pessoas na categoria socialmente excluídas. Deste modo dá apoio às economias populares em locais com riscos sociais, culminando assim com um estilo de vida não digno da condição humana. Então, os bancos sociais surgem como um novo modelo de instituição, conhecido como Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), diferente dos bancos convencionais. Uma das premissas dos BCDs é atender a demanda destas pessoas

marginalizadas socialmente e financeiramente, oferecendo serviços financeiros solidários, que tem sua origem de forma associativa e comunitária, com foco voltado à geração de trabalho e rendimento, na busca de reorganizar as economias locais. Tendem a desenvolver microcrédito, finanças solidárias, inclusão financeira, políticas públicas para a geração de trabalho e rendimento, moeda social, foco no desenvolvimento, no empoderamento² e na sustentabilidade da comunidade local (Magalhães, 2006; Melo Neto; Menezes e Crocco, 2009, Passos, 2007 citado por Brito & Oliveira, 2019).

A temática microcrédito enquanto inovação social em Angola constituiu-se como sendo uma inovação, pois estudos sobre esta temática ainda são pouco frequentes, o que pode constituir esta pesquisa como uma inovação. Entretanto, vale o grande desafio em trazer uma nova abordagem nas academias e na sociedade em geral, pois tais ações (funcionamento dos bancos sociais) de alguma forma contribuem positivamente como um dos mecanismos de combate a pobreza³(um dos grandes desafios das políticas angolana).

Para que se possa atingir tais pressupostos, apresentam-se os caminhos que servirão como ponte, partindo do propósito em Analisar o desempenho do microcrédito em Angola. Para tal, é necessário alinhar alguns objetivos específicos relevantes:

- a) Mensurar os números de conteúdos relacionados aos bancos sociais/microcréditos em Angola;
- b) Compreender o nível de percepção sobre os bancos sociais/microcrédito em Angola;

² O termo empoderamento no texto compreende-se como a capacidade de desassociação de dependência de outrem, em diversas vertentes, deste forma, apresenta um aumento de autoconfiança em cada indivíduo ou numa determinada localidade.

³ O instituto nacional de estatística no Relatório de pobreza para Angola, argumenta que a incidência da pobreza em Angola é de 41%, o que significa que 41 de cada 100 angolanos têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza (12.181 kwanzas por mês). Do total da população pobre 56% residem nas áreas rurais e 44% na urbana. O índice de profundidade da pobreza é de 10%, isto é, o défice médio do consumo por pessoa abaixo da linha da pobreza.

- c) Analisar a relação de dependência dos concededores e beneficiários desta medida (microcrédito).

De modo a prosseguir com o trabalho apresenta-se abaixo a metodologia.

1.1. Metodologia

Tendo em conta os objetivos traçados, optou-se por um estudo qualitativo e quantitativo, isto tendo como ferramenta o uso de diferentes instrumentos de recolha e análise de dados. De modo a dar um melhor enquadramento nas análises, o estudo dividiu-se em três secções, sendo a primeira, a introdução, a segunda, visão do banco social como uma inovação social e a última que é a análise funcional dos bancos sociais/microcrédito em Angola.

A primeira secção serve de guião do trabalho, pois constam desde a introdução, objetivos, metodologia, e todo o esquema ligado ao desenho e estruturação deste estudo.

A segunda secção dedica-se a pesquisa baseada na revisão da literatura por meio de consulta de livros, teses, artigos, jornais e outras fontes de obtenção de informações, gerando uma breve discussão sobre o tópico de modo a tornar o estudo mais sólido.

A terceira secção, apresenta a análise empírica dos bancos sociais/microcrédito em Angola, começando com a análise do estado legal sobre este tema (microcrédito), seguida de uma pesquisa bibliométrica gerada a partir do software VosViewer de modo a propiciar consistência na análise comparativa sobre o tema relativamente a outros países. Ainda na terceira secção, é apresentado o resultado do questionário elaborado a partir do Google Forms, distribuído por vários canais de comunicação ao público angolano num período de janeiro a maio de 2023, começando inicialmente com um pré-inquérito que pudesse colmatar todas as falhas possíveis e depois o inquérito final do qual gerou o questionário analisado neste

estudo englobando as seguintes variáveis sugeridas pela literatura: sexo, benefício, conhecimento, idade e atividade, sendo as três primeiras variáveis dicotômicas e as duas últimas politônicas, para perceber se a temática ao redor do banco social/microcrédito se constitui numa inovação social em Angola, conforme sugere a literatura.

As **variáveis dicotômicas** estão estruturadas da seguinte forma:

- a) Sexo: representa o sexo do indivíduo enquanto beneficiário, sendo, 0- homem e 1- mulher;
- b) Benefício: esta variável procura saber quantos dos indivíduos já foram beneficiados, sendo, 0- não e 1- sim;
- c) Conhecimento: esta última variável dicotômica procura aferir se o indivíduo conhece alguma agência ou banco de microcrédito, sendo, 0- não e 1- sim.

Concernente as **variáveis politônicas** estão estruturadas conforme abaixo:

- a) Idade: são apresentadas as idades dos 18 aos 62 anos, sendo a última opção, maior de 63 anos, vale ainda realçar que as idades estão organizadas em forma de intervalos com uma escala de 5 números e;
- b) Atividade: neste quesito, alistam-se as variáveis como, estudante, professor, bancário, militar, taxista, enfermeiro, engenheiro, contabilista, economista, voluntário, desempregado e outro, para aqueles cuja sua atividade não é referida neste estudo.

Após a obtenção das respostas, usou-se o Nvivo para análise das frequências de palavras na perspectiva de compreender sobre quais práticas de microcrédito é mais sonante dentre os inqueridos. Ainda na busca do alcance dos objetivos propostos neste estudo, na procura para aferir a relação existente entre as variáveis usou-se o teste qui-quadrado.

O teste qui-quadrado é definido como uma forma de medir a existência de frequência entre as variáveis observadas e a esperada (comparação de proporções) e para este estudo é usado o teste de independência do qui-quadrado, pois permite verificar a independência entre duas variáveis que estejam apresentadas de forma agrupada numa tabela de contingência (Spiegel, 1993)

Vale ressaltar que um dos seus grandes pressupostos de utilização do teste qui-quadrado é não conter mais do que 20% das frequências esperadas menores que 5 ou se uma delas for igual a 0 e não menos importante, este teste não depende de parâmetros populacionais (média e variância) o que tornou de grande importância no neste estudo, sendo assim um teste não paramétrico (Moreno & Morcillo, 2020).

2. A VISÃO DO BANCO SOCIAL COMO UMA INOVAÇÃO SOCIAL

Este capítulo relaciona a temática dos bancos sociais e do microcrédito com a inovação social. Este capítulo abarca uma breve discussão das distintas terminologias, porém parte por fazer uma breve demonstração do conceito de inovação (no sentido lato sensu, ou tradicional/convencional). Neste sentido, é apresentada a ideia de uma inovação social e os pontos que circunscrevem a temática como importante para a dinâmica econômica e social atrelada numa perspectiva de criação de valor.

De modo geral, a inovação é entendida como a mudança, a fim de introduzir algo de novo, por isso é uma ideia muito conexa ao seu resultado, implicando uma contextualização e uma comparação diacrônica (representando mudanças no antes e depois), ou seja, é vista como a comparação no estado de coisas precedente e aquele que sucede à sua introdução (antes e o depois), como afirma Ramella (2020). Abaixo segue-se inicialmente o conceito de inovação.

2.1. Inovação

A abordagem sobre inovação é ambígua, pois os conceitos em si ainda se encontram insuficientes para uma descrição concisa ou ainda tampouco delinear a sua origem, apesar de existir fatores determinantes ou ideias que se aproximam muito daquilo que é a inovação. Se recorrermos aos itens que comportam a definição ou a ideia do que é inovação, encontramos pressupostos como aquilo que pode estar alinhada com a nossa forma de pensar diferente, aos novos hábitos, as novas leis, ou ainda em algo que necessariamente traga uma nova ideia, pensada ou feita como novidade (melhorada ou nova)⁴.

A discussão sobre inovação convencional tem focado a sua maior atenção no comportamento empresarial, isto é, a inovação consiste em formas de desenvolvimento de novos produtos e processos, referente ao modo de fazer as coisas, representando assim as duas distinções entre produto

⁴Uma outra forma de olhar a inovação, é refletida na criação dos céus e da terra, do homem, e de tudo que habita dentro e fora da terra.

versus processo, conforme Forbes (2016) descreve que, em muitos dos casos, os estudiosos da área de gestão atrelam a ideia de inovação a dois itens: a inovação de produto, relacionado ao desenvolvimento de um novo produto ou serviço e a inovação de processos, referindo-se ao desenvolvimento de uma nova maneira de fazer as coisas dentro de uma empresa. Ainda nesta linha de pensamento, o autor acrescenta que existe a distinção entre inovação incremental e inovação radical, conceituando que a primeira constitui refinamentos nas rotinas ou produtos já existentes, ao passo que a segunda corresponde a uma mudança da base do conhecimento ou da ciência, que seria como uma mudança de paradigma, com vista a uma melhoria nas variáveis como preço/desempenho para produtos habilitados pela nova tecnologia.

As ideias apresentadas acima assumem algumas limitações no seu aparato interno e externo, ou seja, há condicionantes endógenas e exógenas associadas a aplicação de novas técnicas nas empresas como a relação entre empresas do mesmo setor de atividade (network), o nível de literacia dos recursos humanos das empresas e outros que podem servir de grande condicionantes ou estímulo de progresso no processo de inserção/emancipação da investigação e desenvolvimento (I&D) conforme apresenta Da Costa (1982); Schumpeter (2012), que trazem uma conceção sobre a necessidade de geração e substituição de velhas combinações pelas novas. Estas podem ser traduzidas em combinações de meios produtivos refletidas num novo produto, num novo processo, num novo mercado, numa nova matéria-prima ou numa nova forma de organização industrial que tem uma relevância especial no desenvolvimento das economias, e que tem como dois atores principais, a empresa e o empresário. De um lado, a empresa como a organização que desencadeará tal input e seus efeitos oriundos na aptidão de novos conhecimentos e novas técnicas/formas que geram a inovação e do outro lado o empresário como um agente, cuja imaginação, criatividade e liderança lhe confere a capacidade de gerar novas mudanças

(inovação)⁵. Nesta senda, importa referir que Schumpeter atribui uma grande importância no nível de produtividade baseado na inovação, de tal modo que as grandes empresas poderão assumir grandes responsabilidades nesta mudança de paradigmas que as permitam manterem o desenvolvimento e a sua capacidade competitiva no seu setor de atuação e satisfação do seu objetivo principal que é o lucro⁶.

Segundo Smith (1996) a capacidade de aprimoramento das forças produtivas do trabalho, habilidades, destreza e bom senso no qual são relativamente dirigidos ao trabalho para a sua execução originam a então conceituada divisão do trabalho. O autor ainda acrescenta, atribuindo uma grande relevância na capacidade de especialização numa determinada área (representando as partes constituintes da divisão do trabalho) como impulsionador de melhoria e bom desempenho dos trabalhos que eventualmente contribuem com o progresso técnico das economias. Importa enfatizar que de acordo com os conceitos apresentados, observa-se que este novo processo de produção que melhora a capacidade produtiva e que pode gerar uma vantagem competitiva entre as empresas num determinado mercado impulsiona um maior lucro empresarial e então considerado como sendo uma inovação (numa perspectiva lato sensu ou convencional), porém subjacente ao processo produtivo⁷.

A inovação acarreta consigo diversas realidades, fazendo então com que o seu conceito esteja sob algumas divisões, conforme é apresentado (OECD/EUROSTAT, 2005):

- a) Inovação de produto: este item comporta as ideias de realizações de bens e/ou serviços inteiramente novos, ou modificados relativamente aos bens e/ou serviços precedentes. Isto inclui melhorias significativas na forma como são fornecidas novas

⁵ Um melhor esboço sobre a tipologia de inovação na concepção de Schumpeter é apresentada por Tolda, J. (2014), em seu livro: Princípios de economia da inovação.

⁶ Dos Santos et al. (2011) apresenta uma ideia mais ambígua e sobre os complementares de Schumpeter, designadamente neoschumpeterianos.

⁷ Importa referir que as referências teóricas de Smith enfatizam em si o sistema capitalismo.

funcionalidades (podendo gerar diferença em termos de eficiência⁸ ou rapidez);

- b) Inovação de processo: este item refere-se às mudanças nos modos de produção de bens e serviços, ou seja, referem-se aos novos e/ou melhoramentos significativos métodos de produção ou entrega de produtos muito relacionados com o método;
- c) Inovação de marketing: refere-se a mudança total ou parcial (melhoramento) no aspeto de marketing do produto no intuito de um melhor posicionamento do produto no mercado, isto podendo servir como estratégia de marketing;
- d) Inovação organizacional: refere-se à implementação de novos métodos na prática de negócios da empresa, isto é, a nível local e/ou relações com o exterior.

Contudo, a inovação é atrelada de conhecimento e investigação, usada inicialmente nas empresas, de modo a gerar eficiência internamente, tendo como ponto de partida o investimento em capital humano, considerando os riscos e benefícios face a concorrência de mercado de tal modo que haja uma maior produtividade.

A economia em si não descarta esta capacidade de configuração de ideias que geram proveitos, porém face às necessidades que desencadeiam algumas modalidades de prossecução não assente necessariamente no objetivo final do lucro, mas no colmatar das necessidades/riscos sociais, que podem não ser cobertos pelo Estado ou pelo setor privado, a nova tendência da inovação social, oriunda de uma forma de prossecução da economia do terceiro setor ou ainda, economia social tem ganho um grande prestígio nas sociedades (Manuel & Caeiro, 2008), conforme apresentado abaixo.

⁸ Esta palavra esta relacionada com a execução certa das coisas, porém com menores recursos (tempo, orçamento, pessoas e matérias-primas).

2.2. Inovação social

Ao abordar a inovação social, temos um tópico que em si ainda é uma novidade cujos conteúdos em diversas sociedades e ângulos se encontram limitados. A inovação social é tida como um conjunto de formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais (Taylor, 1970). Importa destacar que Bignetti (2011) considera Taylor como sendo dos grandes pioneiros da literatura sobre inovação social, isto é, no período de 1970. Nesta senda, a inovação social surge como uma das medidas alternativas viáveis para a garantia do bem-estar social.

A inovação social, como medida alternativa, apresenta algumas diferenças com a inovação convencional. Os benefícios, nas suas mais diversas especificidades dimensionais atingem a sociedade. Inicialmente, a inovação social é originária de alguma necessidade social, que o Estado ou as empresas (com fins lucrativos) não atendem/atenderam. A inovação social difere da inovação convencional/ empresarial no que respeita aos seus objetivos. De um lado a inovação social usa suas técnicas e meios (ditos novos ou melhorados) com finalidade de gerar benefícios à sociedade, e a inovação usada em empresas, geralmente, conforme apresenta Schumpeter, usa seus artifícios como medidas de vantagem competitiva no mercado, inibindo assim a sua difusão com as demais empresas para que se diferencie delas e consiga obter mais lucros. Contrariamente a esta visão da inovação empresarial, a inovação social procura difundir o seu artifício com os demais membros participantes (que participam diretamente dessa construção de valor como elementos ativos). Ou seja, uma primeira aproximação que discute características da inovação social foi apresentada por Chambon et al. (1982, citado por Bignetti, 2011) indicando quatro dimensões:

- a) Forma: relativamente a este item, a inovação social tem a característica de ser intangível ou imaterial - assim, está mais voltada para a ideia/s de serviço/s do que de produto;
- b) Processo de criação e implantação: neste aspeto a inovação social age através da participação dos beneficiários no desenvolvimento, ou

seja, os seus usuários não são vistos apenas como beneficiários, porém agente efetivo ao longo do processo;

- c) Atores: com uma estruturação diferente da inovação convencional, a inovação social comporta um leque de agentes de atuação mais alargado, nomeadamente, os empreendedores sociais, agentes governamentais, empresários e empresas, organizações não governamentais, trabalhadores sociais, representantes da sociedade civil, movimentos, comunidades e beneficiários;
- d) Objetivos: a inovação social tem como finalidade a resolução de problemas sociais, derivado de alguma margem das políticas públicas e pelas ações dos componentes da sociedade em geral.

A inovação social e suas medidas de atuação têm se constituído como um dos grandes tópicos de discussão das últimas décadas face aos inúmeros problemas sociais que o mundo em si vem emergindo. Ainda nesta linha de ideia, Bignetti (2011) centra seus estudos em três dimensões das inovações sociais:

- a) No indivíduo: relativamente aos indivíduos, as inovações se voltariam para ações que pudessem de alguma promover o seu “eu” como pessoa, de modo a permitir que ele recupere a capacidade de conduzir sua própria vida;
- b) No meio: as inovações voltadas ao meio buscariam desenvolver, através da criação de novas instituições ou da modificação do papel de instituições existentes, um determinado território com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das comunidades ou de grupos de indivíduos;
- c) No seio das empresas: as inovações sociais nas empresas, teriam como objetivo principal desenvolver novas formas organizacionais e/ou novas formas de produção, que de algum modo culminasse com um novo arranjo social que favorecesse a criação de conhecimentos e de tecnologia e que permitisse a melhoria da

qualidade de vida no trabalho. Entretanto, é nesse escalar de ideias que advém a oposição entre as iniciativas voltadas a inovação (empreendedorismo convencional) e do outro lado, a inovação social. O primeiro apresenta os share-holders, ou seja, seus acionistas como atores de maior relevância ou importância neste processo que tem como objetivo principal o lucro (na maior parte dos casos) e o segundo apresenta os stakeholders, ou seja, todos os que influenciam ou são influenciados pela ação como membros relevantes neste processo. Apesar de haver essas diferenças, ambos podem funcionar de forma conjugada, neste mercado, dentro dos trâmites estabelecidos. É neste sentido que emerge a necessidade de iniciativas como um banco social ou o microcrédito.

2.3. Banco social e microcrédito

Nesta seção, são apresentados os principais conceitos sobre o banco social e microcrédito.

Inicialmente, é importante referir que o microcrédito é parte dos serviços das instituições de microfinanças (IMF), que fornecem ainda mais serviços como, micropoupança, microsseguro, transferência de dinheiro, entre outros serviços, isto é, para as pessoas, grupos de pessoas ou instituições (como as micro, pequenas e médias empresas e start-up) que se encontram à margem do sistema financeiro tradicional por várias razões (Sumba, 2019). Este clamor que parte também muito da razão de que o mercado de crédito está longe de ser caracterizado como um mercado perfeito, cujo preço acaba não funcionando como market-clearing⁹ e é verificável a existência de assimetria de informações, em que o tomador de recursos possui melhores condições de avaliar o risco que aquele que empresta, fato que gera dois tipos de problemas:

⁹ Numa tradução literal significa “compensação de mercado”, isto pressupõe um processo de mudança para uma posição em que a quantidade fornecida é igual à quantidade demandada, ou seja, representa a igualdade entre a oferta e a demanda nas forças económicas, estando desse jeito intimamente ligada ao conceito de equilíbrio de mercado.

- a) A seleção adversa: este problema ocorre antes da transação e refere-se à possibilidade de se emprestar recursos para os tomadores que apresentam maior risco, tal questão ficou conhecida na literatura como o “problema dos limões”¹⁰.
- b) Risco moral: já este segundo problema ocorre após a transação, derivado da possibilidade de o tomador se engajar em atividades que vão contra os interesses do prestador, diminuindo assim a probabilidade do seu cumprimento.

Deste modo, e como forma de se atenuarem os problemas acima apresentados, os intermediários financeiros apoiam-se em mecanismos de seleção e monitoramento, porém essas medidas acabaram por gerar algumas características transacionais como a elaboração de contratos complexos com cláusulas restritivas e exigências de garantias e produção interna de informações, que num dado momento acabam por excluir algum segmento social que não tenha de forma coesa alguns dos pressupostos apresentados. Destacadamente, os agentes do setor informal e algumas pequenas empresas organizam-se para que de forma conjugada o seu alcance seja mais alargado e inclusivo. Para tal deram um grande impulso as organizações não governamentais (ONGs) e instituições do terceiro setor ou economia social (Toneto & Gremaud, 2009).¹¹

Os bancos sociais são caracterizados por oferecerem empréstimos, sem necessidade de garantias que suscitem a exclusão das pessoas mais pobres que nunca tiveram acesso ao sistema bancário tradicional, de modo a fomentar o empreendedorismo e de tal forma a que se conjugue com alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável Organização das Nações Unidas (ONU, 2012), nomeadamente:

- a) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

¹⁰ Este problema está relacionado com a assimetria de informações, fazendo então com que haja perda de eficiência de mercado.

¹¹ Esta perspectiva realça as medidas de funcionamento dos bancos convencionais e/ou tradicionais como medidas de exclusão social.

- b) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e;
- c) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Deste jeito, conforme argumenta Sad (2019), a ideia relativamente ao aspeto constituinte de um banco social é atrelada em cenários diferenciados no que concerne às taxas de juros cobradas, o prazo de carência e o número de parcelas diferenciados em função tanto da finalidade para a qual o microcrédito será utilizado quanto se o empreendimento é formalizado ou não. No que toca as finalidades, elas podem ser:
 - a) Capital de giro: destinado a compra de matéria-prima ou mercadoria;
 - b) Investimento: aplicação num novo empreendimento; lançar um novo produto ou serviço da empresa, aumento da produção, ou seja, investir no crescimento do negócio tais como reforma, compra de equipamentos, divulgação entre outros;
 - c) Pagamento de dívidas: possibilidade de usufruir de juros menores do que os que estão sendo praticados. Normalmente os valores concedidos são maiores para infraestrutura enquanto são mais baixos para capital de giro e para a primeira vez que faz o empréstimo¹².

Os bancos sociais, na indústria de microfinanças e mais especificamente num de seus principais produtos, o microcrédito¹³, constitui como

¹² Importa clarificar que esta modalidade de empréstimo considerada por Yunus é vista como uma autodescoberta e encontro de um sentido para a vida, porém não se deve confundir com esmolas sociais ou caridade.

¹³Nesta modalidade de crédito é observado uma maior envolvimento da instituição que concede o crédito, isto, de tal modo que se possível passe algumas recomendações sobre a função viável de aplicabilidade deste capital, alguma auditoria no decorrer do processo de modo a evitar alguma perda de capital.

sendo objeto de estudo deste trabalho. Os bancos sociais visam a viabilização de um desenvolvimento de maior inclusão, porém, para que se atinja tal objetivo é necessária uma série de medidas nas dimensões social, cultural, ambiental, territorial, econômica e política interna e externa, que podem ser por via da regulação efetiva do sistema financeiro nacional, política econômica sem distorções que propicie uma economia estável aliadas a um sistema educacional e de saúde que atendam as necessidades básicas do ser humano, como salientado por Sad (2019). Vale ainda explorar alguns dos grandes marcos em matérias sobre o microcrédito de grande destaque a nível mundial como a Associação do Pão e o Grameen Bank.

2.4. Associação do Pão

A criação desta associação deveu-se a um dos grandes pioneiros em matérias de cooperativismo, Friedrich Wilhelm Raiffeisen.

No ano de 1845, Raiffeisen foi nomeado para o cargo de prefeito do Município de Weyerbush, na Alemanha, que face a industrialização que começava a chegar com expressão naquelas regiões, as comunidades rurais empobreciam cada vez mais, o que fazia com que os agiotas pudessem em muitos dos casos fixar juros exorbitantes face aos rendimentos das famílias, o que os obrigava em muitos dos casos a entregarem suas propriedades aos agiotas. Face a esta realidade e pelas funções que lhe cabiam, uniu esforços para a tentativa da erradicação da pobreza na sua região (Weymeersch, 2018).

No período de maior dificuldade, devido a fome ainda mais apertada, isto no ano de 1846/1847, Raiffeisen com a ajuda da comissão da pobreza que criara, a associação da panificação, construiu uma padaria comunitária onde a participação de cada membro foi crucial, desde a ousadia em colocar seus bens como garantia, no empréstimo a comissão para a compra de farinha de depósito do governo, fazendo então com que a comunidade assasse seu próprio pão e pudesse repassar aos demais a preços especiais, e ainda não menos importante, importa frisar que a fiança foi sem juros (Weymeersch, 2018). No período de 1849, ainda como prefeito,

criou a União Auxiliar de Apoio a Camponeses Pobres com a finalidade de concessão de créditos aos mesmos de modo a que melhorasse as suas propriedades, conforme apresenta Singer (2002). Ainda neste senda de exploração dos agiotas, é demonstrado o surgimento da Grameen Bank.

2.5. Grameen Bank

O livro “Banqueiro dos pobres” retrata o trajeto do fundador do Grameen Bank - Muhammad Yunus¹⁴.

Muhammad Yunus foi Professor das áreas das ciências económicas em Bangladesh. Quando lecionava, deparava-se com imensas dificuldades em compreender o que lecionava em comparação com aquilo que se vivia, ou seja, procurava uma forma de contextualizar seus ensinamentos a realidade.

Naquele período, em 1974, sendo um ano que ficou marcado na memória de Yunus como sendo um ano de terrível fome na sua região, fazendo com que as pessoas pedissem crédito com formas de pagamentos muito custosas que acabava na maior parte das vezes por beneficiar mais o indivíduo/instituição (prestamistas) que concediam o empréstimo. Entretanto, observava-se uma propensão muito elevada para o ciclo vicioso da pobreza, ou seja, verificou-se que a população da região vivia em extrema dependência de agiotas em virtude de alguns pressupostos como:

- a) Inexistência de capital de giro: as pessoas que dependiam dos agiotas não tinham meios para comprar outros materiais;
- b) Exclusão de concessão de crédito: os bancos comerciais não emprestavam dinheiro aos pobres, pois havia uma grande falta de garantia de pagamento, e;
- c) Falta de instrução: a maior parte do grupo de pessoas que comportavam a camada pobre não possuía o mínimo de instrução para chegar ao banco e preencher os papeis necessários para aquisição de

¹⁴Muhammad Yunus nasceu na aldeia de Bathua, em Chittagong, Bangladesh, em 28 de junho de 1940. Economista, formado pela Universidade de Daca, em 1961, e em 1970 após cursar o doutorado nos EUA, obteve o título de PhD.

recursos. Nesta perspetiva, face os rendimentos tão insignificantes que nem supria a necessidade da pessoa que pedisse o empréstimo, como podiam dar melhores condições a si mesmo ou a seus filhos? Diante de cenário em que não havia alternativas para olhar outros horizontes e poder observar alguma esperança para o seu futuro próspero, onde estavam os apoios institucionais locais e internacionais?

Estas questões pairavam na mente do professor Yunus, fazendo assim que junto de seus alunos e colegas pudessem desenvolver uma pesquisa mais detalhada do cenário que se vivia e apresentasse o então Grameen Bank, conceituado como um banco social.

Alves (2020) discute como a negação de concessão de crédito por parte de um banco convencional, sem algum recurso/resposta secundária/alternativa que consiga salvaguardar os direitos do cliente ou que esteja abarcado na sua missão social institucional (o banco) representa um aspeto negativo para a sociedade. Importa ainda reforçar que o juro cobrado pelos agiotas tende a ser muito alto, restringindo assim o lucro do beneficiário, que muitas das vezes culminava até na insuficiência da alimentação da família. Em meio a esta situação, Yunus discorda, e por não conseguir uma instituição que fornecesse os empréstimos às pessoas de Jobra, o próprio emprestou a quantia de 27 dólares a 42 pessoas. Mesmo sem a intenção de se tornar um credor, Yunus cria o Grameen Bank, onde o seu maior objetivo foi a luta contra a pobreza. Uma grande modalidade diferenciadora na modalidade bancária tradicional consiste numa maior desburocratização e maior acessibilidade, pois os funcionários do Grameen Bank iam até os vilarejos e se reuniam com os membros dessa comunidade, onde muitas das vezes chegavam a realizar as transações no próprio local, através de anotações em cadernos. Entretanto, não era necessário que eles fossem até à sede para realizar os empréstimos, assim como não precisavam ir até lá para pagá-los.

Segundo Yunus (2008), várias foram as vezes que foi questionado sobre a capacidade sustentável do Grameen Bank em detrimento de ter um público-alvo sem muitas garantias ou capacidade de solvabilidade elevada,

mas sempre souberam gerir da melhor forma e garantir a maior solvabilidade do seu público-alvo, o que tornou o Grameen Bank como uma instituição de destaque.

O Grameen Bank, ao contrário de medidas de garantias tão rígidas dos bancos convencionais, que muitas das vezes exclui os pobres do seu acesso, usa um método inovador, isto é, o modo de contrato via grupo. Os grupos eram compostos normalmente por 5 pessoas, apenas dois cediam os empréstimos e, caso houvesse cumprimento, era cedido aos outros dois para que no final fosse cedido ao último membro do grupo, que geralmente era o chefe do grupo, levando assim a redução de problemas de informação assimétrica. Por outro lado, também afetava positivamente na redução quando os bancos têm informação imperfeita sobre as características dos potenciais clientes, como os graus de aversão ao risco. Isto era mitigado graças ao fato de os indivíduos serem incentivados a criar seus grupos de forma voluntária, aumentando assim a margem de confiança da instituição credora (Veiga, 2012).

O Grameen Bank teve uma outra modalidade funcional muito inclusiva, marcada por privilegiar as mulheres na concessão do microcrédito, pois acreditava que as mulheres eram as mais excluídas na concessão de crédito, representando menos de 1% dos que pediam. Entretanto também se notou que o efeito benéfico entre emprestar a uma mulher era mais vantajoso (Yunus, 2008). Este modo operacional de privilégio feminino, mesmo parecendo algo pouco provável em um país predominantemente islâmico¹⁵, era visto como uma oportunidade para os mais desfavorecidos da sociedade, e para o caso de ser uma mulher pobre era pior ainda. Então se percebeu que quando as mulheres recebem uma oportunidade se apresentam com um maior comprometimento e se evidencia algumas externalidades positivas mesmo ainda no seu aparato familiar, com ganhos até nas formações/qualificações de seus filhos.

¹⁵ No que toca a este aspeto, foi tido como um dos grandes desafios, e que nalgumas vezes eram apontadas acusações de que Grameen, era uma modalidade de conversão dos membros do banco ao cristianismo, a ligação com a rede de tráfico de mulheres, ou até mesmo que iriam roubar sua casa e seus bens.

2.6. Considerações finais

A ideia de inovação num sentido mais convencional é muito discutida no setor empresarial, melhorando a capacidade produtiva das empresas em diversas modalidades do percurso produtivo, ao passo que a inovação social está relacionada com novas tendências sobre variadas formas de resolução de problemas, deixados sem resposta pelo setor empresarial ou pelo Estado. Também responde a necessidades derivadas da conjugação dos cidadãos no alcance do bem comum, ou na criação de valor nas sociedades; o seu foco não será o lucro, mas a criação de um bem comum, tendo como pressupostos, erradicação da pobreza e inclusão social.

3. ANÁLISE dos BANCOS SOCIAIS e MICROCRÉDITO EM ANGOLA- da análise bibliométrica aos resultados do inquérito

Neste capítulo são apresentados os aspetos cruciais para o funcionamento dos bancos sociais e/ou agências com microcréditos em Angola, partindo de uma demonstração histórica, do seu quadro legislativo, seguidamente com a medição do seu nível de abrangência científica através da análise bibliométrica e por fim a análise aos resultados do inquérito (Rodrigues S, 2016) ¹⁶.

O microcrédito em Angola surgiu em 1999, isto na sequência de uma parceria entre o Ministério da Família e Promoção da Mulher e o Banco Nacional de Angola (BNA) no Plano Nacional de Microcrédito. Deste modo o seu impulso inicial foi de financiamento público, que posteriormente em 2001 viu surgir o Banco Sol, a primeira instituição bancária dirigida para o setor do microcrédito (Bamba, 2017; Fernandes, 2014).

O Banco Sol, S.A. é um banco privado angolano cuja sua atividade teve início no dia 02 de outubro de 2001, tendo como objeto social de efetuar operações bancárias clássicas e a retalho, que inclui também microfinanças (em virtude da realidade social angolana). O Banco Sol destaca vários tipos de acesso ao microcrédito: em grupo, comercial e rural. Vale ainda realçar a grande importância desta instituição em Angola, pois dentre várias formas de atuação destaca-se as transferências sociais monetárias (TSM), uma iniciativa do governo de Angola (Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher) com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e financiamento da União Europeia, onde o Banco Sol passou a participar no programa denominado Valor Criança com a grande finalidade de melhorar o bem-estar das crianças e suas famílias, tendo sido beneficiadas mais de 2000 famílias ¹⁷ (Banco Sol, 2019).

¹⁶ Vale referir que segundo Rodrigues (2016), o microcrédito tem um efeito positivo como medida de inclusão das mulheres na região da África Subsariana.

¹⁷ Importa referir que dentro da sua atuação, o banco Sol tem sido reconhecido com algum destaque, tendo sido eleito como o banco que mais resolveu o número de reclamações em 2019 e ainda o prêmio de compliance em África neste mesmo período.

Tendo apresentado o seu período de surgimento, segue-se o seu quadro legislativo.

3.1. Análise de documentos legislativos

A República de Angola, como um Estado de direito e deveres respeitando os princípios da Lei, apresenta a salvaguarda dos princípios que integram a vertente de igualdade e solidariedade no tratamento dos cidadãos. Entretanto, a Constituição da República de Angola (2010, p. 3) aborda relativamente aos princípios fundamentais, no seu artigo 1º “na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social”, que conjugadamente com o seu artigo 21 (Tarefas fundamentais do Estado)¹⁸, agrega questões como:

- d) Promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos populacionais mais desfavorecidos;
- e) Promover a erradicação da pobreza;
- i) Efetuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes no capital humano, com destaque para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, bem como na educação, na saúde, na economia primária e secundária e noutros sectores estruturantes para o desenvolvimento autossustentável (Constituição da República de Angola, 2010, p. 10).

O artigo acima refere o quanto se torna necessária a existência de medidas/políticas que geram valor positivo na vida das pessoas, entretanto, como forma de conjugação, é apresentada a Lei nº 14/21 (2021):

- 23- Instituições de Microfinanças- Instituições Financeiras cujo objetivo principal é a captação de pequenos depósitos e concessão de microcrédito, conforme regulado em legislação específica;
- 31- Microcrédito- empréstimos de baixo valor concedidos a pequenos e médios empreendedores, realizados pelas Instituições Financeiras habilitadas e para as finalidades definidas mediante legislação e regulamentação específica;
- 32- Microcrédito- Actividades que consiste na prestação de serviços financeiros, essencialmente em operações de reduzida e média

¹⁸ Importar referir que as seleções das alíneas foram feitas apenas dos itens com maior importância neste estudo.

dimensão, designadamente, operações de crédito, conforme regulado em legislação específica.

Vale ainda lembrar que o Decreto Presidencial No 89/23 de 31 de março (2023) no seu artigo 6 apresenta o Banco Nacional de Angola (BNA) como competente das informações desta prática (microcrédito)¹⁹ e seguidamente com o seu artigo 9, argumenta que as taxas de juros são livremente negociadas entre o cliente e a instituição.

De acordo com os regulamentos apresentados observa-se a grande importância da criação constante de medidas que promovam o bem-estar em variados aspetos, inclusive na educação. De seguida é apresentada a análise bibliométrica sobre o tema do microcrédito no sentido de perceber a centralidade do tema na investigação.

3.2. Análise bibliométrica

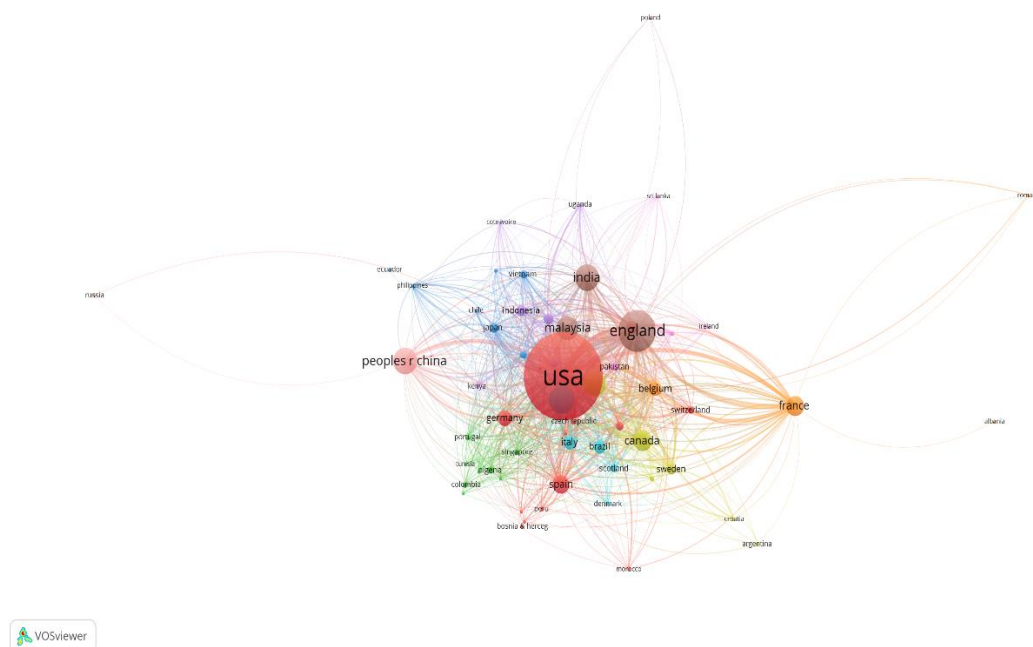
Nesta seção em redor da análise bibliométrica, procura-se dar ênfase na revisão da literatura dos conteúdos que discutem sobre os microcréditos em Angola, através de uma técnica de análise de produção e disseminação do conhecimento científico, conforme apresentado por Figueiredo et al., 2019; Medeiros et al., 2016; Quevedo-Silva et al., 2016). Parte-se do pressuposto de que a análise da literatura serve como uma técnica usada para a compreensão de um determinado estudo. Assim, recorrendo a conteúdos já publicados, de modo a servir de pressuposto de robustez argumentativa, a análise bibliométrica trata-se de ideias consolidadas baseadas em determinadas aprovações e/ou testadas.

A análise comparativa é apresentada como uma forma particular de questionamentos de textos, porém numa perspetiva comunicativa e interativa em prol dos objetivos traçados pelo estudo, conforme apresentado por Carvalhal (2006, p. 8):

Pode-se dizer, então, que a literatura comparada compara não pelo procedimento em si, mas porque, como recurso analítico e interpretativo, a comparação possibilita a esse tipo de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se

¹⁹ As informações se referem as leis e normativos que estejam atrelados ao seu funcionamento.

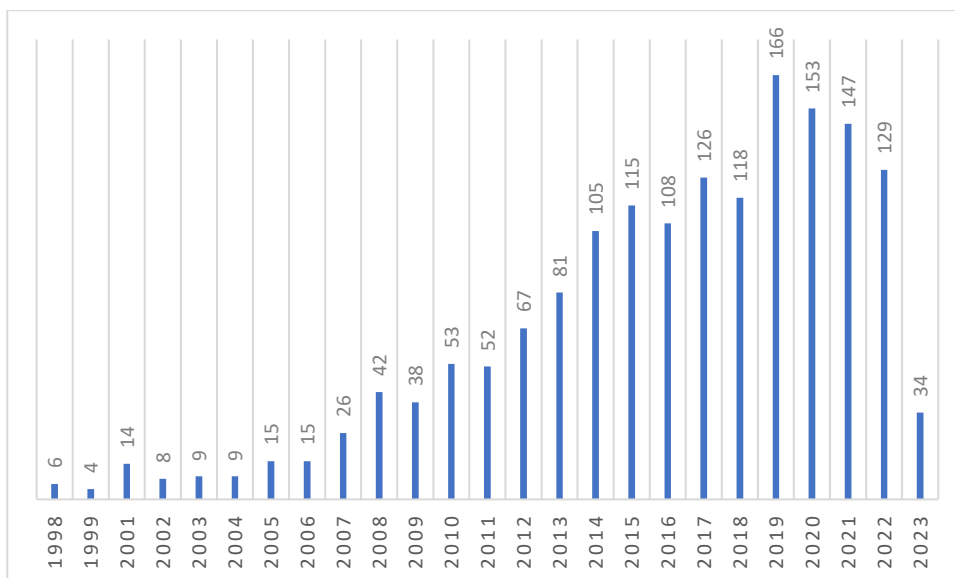
Figura 2. Mapa dos países



Fonte: Elaboração do autor a partir do Software VOSviewer

A apresentação deste mapa visa o cumprimento de um dos objetivos que é a mensuração do número de conteúdos sobre o microcrédito da realidade angolana. De acordo com a pesquisa não há suficiência de dados para alegar que existe conteúdo sobre o microcrédito da realidade angolana, isto, tendo em conta a nossa base de dados, Web of Science. Mas vale referir que o país com mais publicações são os Estados Unidos da América (USA) com 424 documentos e 10487 citações, seguido da Inglaterra com 169 documentos e 4970 citações e em terceiro lugar é encontrado o Bangladesh, que é um país histórico nesta temática com 107 documentos e 1179 citações. A seguir, como forma de análise da tendência de conteúdos publicados, é apresentado o gráfico 1, identificando os anos e o número de publicações de cada período.

Gráfico 1. Análise da evolução de publicações



Fonte: Elaboração do autor a partir do Excel.

De acordo com o gráfico 1, desde o ano de 1998, este assunto vem se tornando cada vez mais interessante, pois o número de publicações só vem aumentando, apesar do valor máximo estar ano de 2019, seguido de 2020 e depois 2021, realçando que para 2023 o número é ainda relativamente baixo, pois ainda está em curso²⁰. Tendo sido apresentado a análise bibliométrica, segue-se a análise do inquérito.

3.3. Análise de dados do inquérito

Esta secção consiste numa investigação empírica suportada na observação da compreensão dos angolanos sobre este tópico (microcrédito), usando a técnica do questionário²¹ (Hill & Hill, 2002)²².

Importa referir que em Angola ainda há insuficiência de conteúdos e de bases de dados específicas para certos tópicos da economia social (isto, devido a pouca massificação da economia social, o que é confirmado pelo estudo bibliométrico com poucas entradas de documentos sobre o

²⁰ Este estudo foi realizado até o mês de maio de 2023.

²¹ O questionário é apresentado no anexo 1.

²² O questionário foi elaborado a partir do Google forms e redigido de maneira mais simples para que pudesse facilitar a intenção de cada questão apresentada.

microcrédito em Angola)²³. Entretanto, o transferir de novos conceitos, novas abordagens, e uma nova temática nesta região faz do nosso inquérito uma técnica de questionário de grande importância e de maior aproximação com o público-alvo (angolanos), pois para o melhor conhecimento sobre o comportamento e outras atitudes ligada as famílias serve de grande importância nos estudos das ciências económicas-sociais nesta região (Mark, 1994). Esta coleta foi realizada através de plataformas virtuais/redes sociais²⁴, tendo em conta a possibilidade de cada participante, como forma de recolha do máximo de opiniões possíveis acerca da perceção dos angolanos sobre os bancos sociais/microcréditos em Angola, isto em duas fases:

- a) Pré-inquérito: esta fase foi realizada nas duas primeiras semanas de janeiro de 2023, procurou explorar, descrever e correlacionar as variáveis/subcritérios com a finalidade de mitigar possíveis erros na formatação do mesmo (Pereira, 2018);
- b) Inquérito: esta fase foi realizada depois de analisar os resultados do pré-inquérito, tendo sido corrigido algumas questões de modo que o inquérito convergisse com os objetivos deste estudo, isto que teve o seu fecho de respostas no final de maio do mesmo ano.

O inquérito contém 4 secções²⁵, distribuídas da seguinte forma:

- a) Informações gerais: esta secção contém a recolha de informações como nacionalidade, idade, sexo e atividade, isto evidenciado na análise quando se aborda sobre os inquéritos (Ghiglione & Matalon, 1992).

²³ A pouca documentação referida neste estudo abarca todo aquele conteúdo que de alguma forma foi publica numa outra base de dados que não esteja indexado a apresentada (Web of Science).

²⁴ Durante a distribuição quer do pré-inquérito, quanto do inquérito final, foi necessário o uso do facebook, whatsapp, instagram, google meet, email, chamadas telefónicas, zoom e outros que se fizeram necessária atendendo a possibilidade de cada participante e não menos importante, algumas sessões de esclarecimentos pessoalmente.

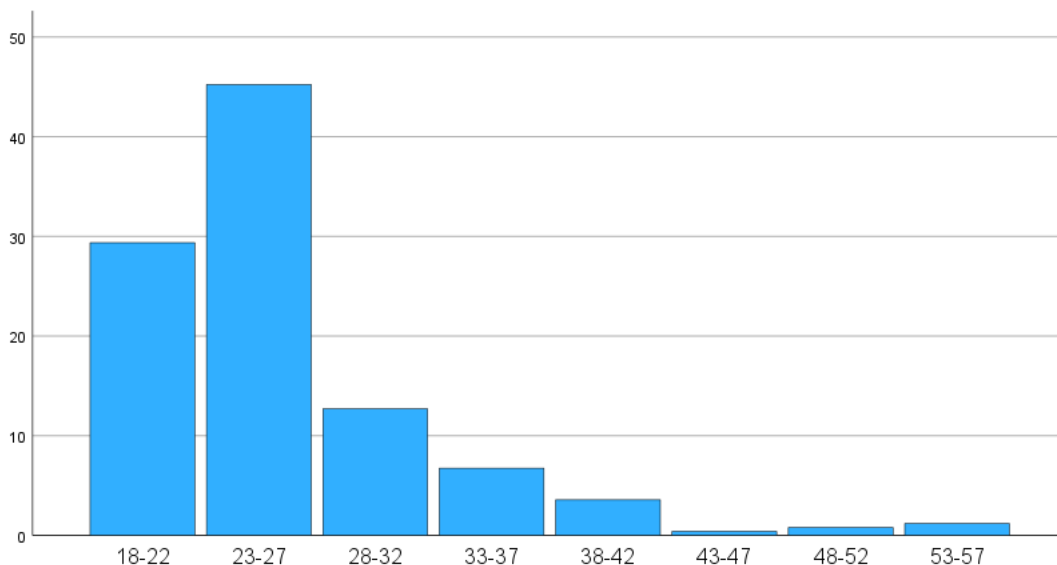
²⁵ As secções foram distribuídas por questões de tipo mistas, perguntas abertas, fechadas e escala de Likert.

- b) Coleta do nível de impacto: nesta secção constam questões como, *conhece algum banco social ou agência com microcrédito em Angola, já alguma vez se beneficiou de algum microcrédito e se conhece alguma prática ou instrumento adotado no microcrédito.*
- c) Práticas e instrumentos de funcionamento dos bancos e agências de microcrédito: esta secção apresenta questões como, *quais são as práticas que conhece, expectativas de funcionamento dos bancos sociais ou agências de microcréditos em relação aos tradicionais e sua contribuição para redução a pobreza e estímulo ao empreendedorismo.* Importa frisar que esta secção é exclusiva a quem preenche como sim a questão de conhecer algum banco social ou agência de microcrédito em Angola, sendo que a redução da pobreza constitui uma das estratégias deste modo de funcionalidade de financiamento, destinado aos micro empreendedores para investirem exclusivamente no processo produtivo a fim de alavancar suas atividades iniciais, conforme referencia Duarte et al. (2016) e demonstrado na secção 2.
- d) A última secção é destinada a todos os respondentes, contendo apenas a pergunta de como avalia a partilha de informação sobre o microcrédito em Angola, através de uma escala Likert, conforme é apresentado conceitualmente por Correia & Campos (2011).

O estudo conseguiu 252 observações, sendo o público 100% angolano, em virtude dos objetivos propostos.

Relativamente a idade dos participantes deste estudo, a maior percentagem está com a idade dos 23-27 (45,2%), sendo que na sua maioria pertencem ao sexo masculino (56%). Isto é embasado pelo gráfico 2, que descreve o cenário das idades dos participantes.

Gráfico 2. Idades (%)

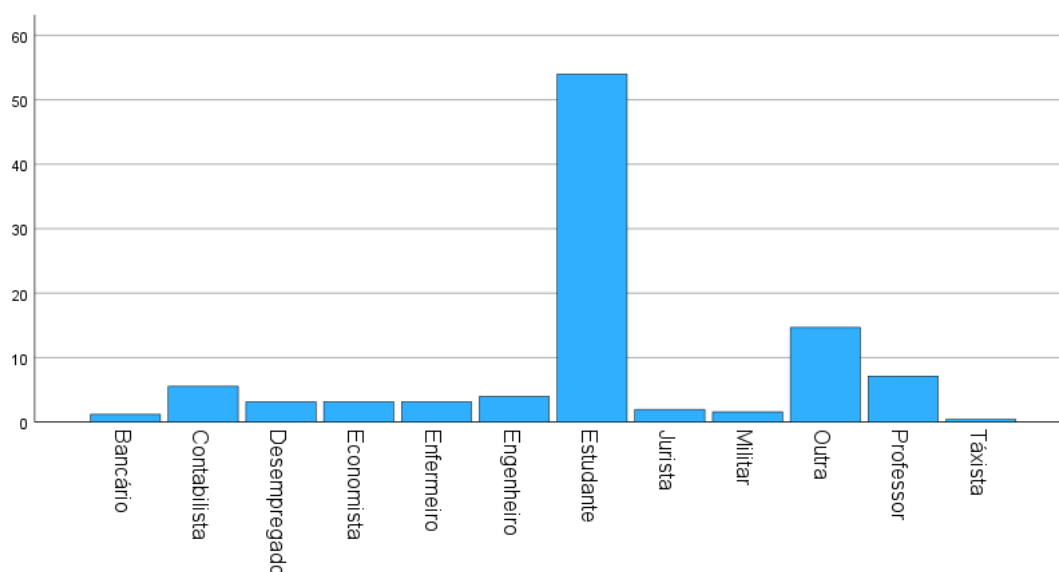


Fonte: Elaboração do autor a partir do software SPSS.

Segundo o gráfico 2, o maior intervalo de idades dos participantes é dos 23-27 anos e a menor percentagem de respondentes é os dos 43-47 anos, com uma percentagem de 0,4%.

Neste questionário também se procurou distribuir os participantes em atividades, de modo a ter alguma ideia das atividades com maior adesão dos participantes, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3. Atividade (%)



Fonte: Elaboração do autor a partir do software SPSS.

Segundo o gráfico 3, a atividade com maior participação foi estudante (54%) e com menor participação foi a do taxista (0,4%). Ainda na análise do inquérito, a tabela 2 apresenta algumas perguntas de destaque da secção 2.

Tabela 1. Impacto da informação (%)

Questões	SIM	Não	Total
Conhece algum banco social ou agência de microcrédito em Angola	67,5	32,5	100%
Já alguma vez se beneficiou de algum microcrédito	3,6	96,4	100%
Conhece alguma prática ou instrumento adotado no microcrédito	21	79	100%

A tabela 1 retrata um cenário onde a maioria conhece os bancos sociais ou agências de microcrédito em Angola, e apenas 3,6% já beneficiou. 79% conhece alguma prática ou instrumento adotado no microcrédito, tendo para estes reservados uma sessão de questões acrescidas ligada ao seu funcionamento, ou seja, a secção 3 é reservada apenas para os que responderam como *sim* a questão de conhecer alguma prática ou instrumento adotado no microcrédito, conforme a figura 3.

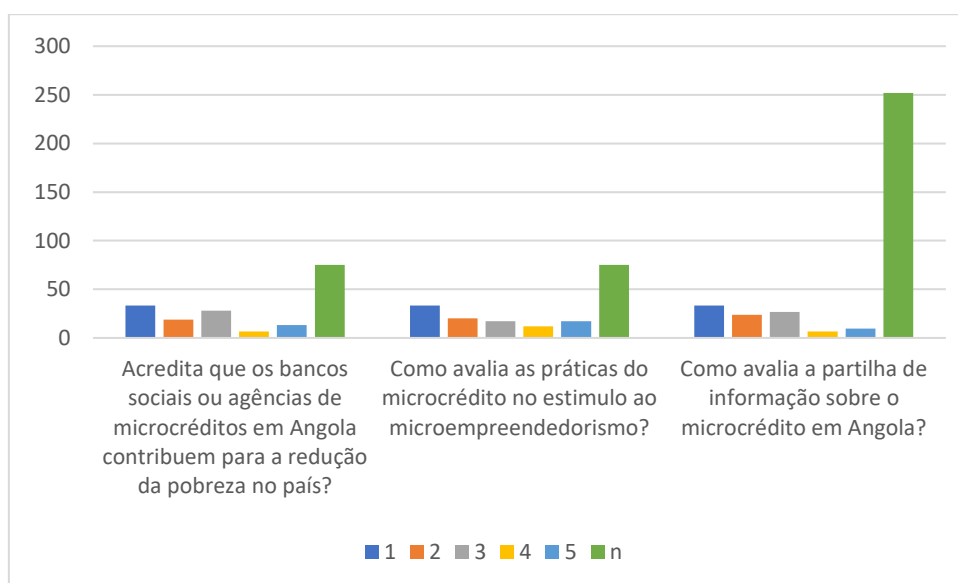
Figura 3. Práticas de microcrédito que conhece



Fonte: Elaboração do autor a partir do Software NVIVO.

Como forma de apresentação mais frequente nas respostas dos participantes criou-se a figura 3, com uma amostra de 20 palavras, na qual vale referir que as terminologias mais usadas foram: microcrédito, crédito, financiamento, empréstimo e juros. Um aspeto interessante é que, de acordo com os nossos dados 50,9,% dos respondentes alegam que os bancos sociais ou agências de microcréditos praticam taxas de juros superiores, o que contraria a essência do microcrédito, no sentido de Yunus, e que é identificado também como uma das razões de maior taxa de inadimplência, concordando desse jeito com o estudo de Pereira & Mourao (2012), assunto realçado nas perguntas por escalas que se seguem.

Gráfico 4. Gráfico da análise das escalas



Fonte: Elaboração do autor a partir do Excel.

O gráfico 4 revela as respostas baseadas na escala de Likert, onde duas as primeiras questões comportam uma resposta de 75 (n= 75) pessoas para cada e a última, 252 (n= 252), isto é, o total do número de participantes.

Para a primeira questão, o número 1 representava discordo perfeitamente e o 5, concordo perfeitamente, ao passo que para as duas últimas, 1 representa muito péssima e o 5, muito boa.

Nas três questões a escala 1 obteve uma taxa de resposta de 33,3% para cada uma, tendo uma maior aceitação pelos participantes, representando assim um ponto de avaliação negativa para a realidade angolana, que prossegue com uma menor taxa de aceitação na escala 4, isto nas três questões. Importa referir que é de extrema importância ter uma boa percepção sobre o microcrédito, pois pode aumentar a probabilidade de êxitos na gestão dos fundos, gerando assim alguma interdependência (Honorato et al., 2019). Entretanto, como forma de dar ênfase às abordagens, recorremos à análise da relação de interdependência via qui-quadrado, que inicialmente começa por agrupar algumas variáveis de modo a que se possa medir suas relações, conforme apresentado na tabela 2 (Clegg, 1995; Sapsford & Jupp, 1996).

Tabela 2 Relação benefício e conhecimento do microcrédito

		Beneficiou de algum microcrédito		
		Sim	Não	Total
Conhece	Sim	9	161	170
	Não	0	82	82
Total		9	243	252

A tabela 2 foi construída a partir da contagem de todos aqueles participantes que de alguma forma tivessem enquadrado nas duas condições propostas, ou seja, de um lado se conhece algum banco social ou agência com microcrédito e do outro, se já alguma vez se beneficiou de algum microcrédito, gerando assim uma relação entre essas duas variáveis que a posterior também é usada o mesmo raciocínio na construção da tabela 4 e 6 (ambas que também expressam as relações entre as variáveis). Vale

ainda acrescentar que os valores (9, 161, 0 e 82) localizadas no centro da tabela são as probabilidades observadas de ocorrência, ao passo que os valores (170, 82, 9 e 243) são as probabilidades marginais apresentadas na tabela 2.

De acordo com a tabela 2, apenas 9 pessoas conhece um banco social ou agência com microcrédito (representada pela variável conhece) e já beneficiou do mesmo, ao passo que nenhuma pessoa das que afirmaram que não conhecem um banco social ou agência com microcrédito, tenha beneficiado do mesmo, caso que é mais aprofundado na matriz apresentada na tabela 3.

A tabela 3 foi construída no raciocínio de uma tabela de probabilidade cujos seus valores são oriundos da tabela 2, conforme apresentado na fórmula:

A tabela 3- Matriz da esperança do benefício e conhecimento de algum banco/agência com microcrédito, expressa a probabilidade de ocorrência esperada de cada evento acima descrito, conforme indicada na fórmula abaixo:

$$E_{(l;c)} = \frac{Pmg(C) * Pmg(L)}{Pt} \quad (1)$$

Onde:

E= representa a variável de probabilidade esperada;

l = linha

C= coluna

Pmg = probabilidade marginal

Pt = probabilidade total

Conforme exemplo:

$$E_{(l1;c1)} = \frac{Pmg(C1) * Pmg(L1)}{Pt} \quad (2)$$

$$E_{(l1;c1)} = \frac{9 * 170}{252} = 6,0714$$

$$E_{(l2;c1)} = \frac{Pmg(C1) * Pmg(L2)}{Pt} \quad (3)$$

$$E_{(l2;c1)} = \frac{9 * 82}{252} = 2,9285$$

$$E_{(l1;c2)} = \frac{Pmg(C2) * Pmg(L1)}{Pt} \quad (4)$$

$$E_{(l1;c2)} = \frac{243 * 170}{252} = 163,9285$$

$$E_{(l2;c2)} = \frac{Pmg(C2) * Pmg(L2)}{Pt} \quad (5)$$

$$E_{(l2;c2)} = \frac{243 * 82}{252} = 79,0714$$

Depois da demonstração dos cálculos de probabilidade esperada que preenchem a tabela 3 é apresentado abaixo.

Tabela 3. Matriz da esperança do benefício e conhecimento de algum banco/agência com microcrédito

	Beneficiou de algum microcrédito			
		Sim	Não	Total
Conhece	Sim	6,0714	163,93	170
	Não	2,9286	79,071	82
	Total	9	243	252
Teste qui-quadrado	0,0339			

Após o cálculo das variáveis apresentadas acima para a construção da tabela 3, se torna necessário o cálculo do qui-quadrado (X^2), (conforme a fórmula 6) de modo que se avalie o nível de dependência entre as variáveis (os mesmos procedimentos são usados nos cálculos das tabelas posteriores cuja finalidade são as mesmas).

$$X^2 = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (6)$$

Descrição das variáveis:

χ^2 = qui-quadrado

r= ésima linha

j= ésima coluna

O_j = probabilidade observada

E_{ij} = probabilidade esperada

Com base na tabela 3, existe apenas 3% de independência de Conhecer um banco social/agência com microcrédito e beneficiar; logo há probabilidade de beneficiar quem conhece e não se beneficiar quem não conhece. Um outro aspecto também relevante, é a relação entre as pessoas que já beneficiaram e conhecem algum instrumento ou prática usada no microcrédito, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4. Relação benefício e conhecimento de práticas ou instrumentos do microcrédito

		Beneficiou de algum microcrédito		
		Sim	Não	Total
Conhece	Sim	4	5	9
	Não	49	194	243
	Total	53	199	252

De acordo com a tabela 4, apenas 4 das pessoas que beneficiaram conhece alguma prática ou instrumento usado no microcrédito, ao passo que 49 já beneficiaram e não conhecem tais práticas, fato realçado na tabela 5.

Tabela 5. Matriz da esperança do benefício e conhecimento de práticas/instrumentos de microcrédito

		Beneficiou de algum microcrédito		
		Sim	Não	Total
Conhece	Sim	1,89286	7,10714	9
	Não	51,1071	191,893	243
	Total	53	199	252
Teste qui-quadrado	0,079239398			

De acordo com a tabela 5, existe apenas 7,9% de independência de ter beneficiado e conhecer as práticas ou instrumentos de microcrédito, logo há uma maior probabilidade em ser beneficiado por aquele que conhece suas práticas ou seus instrumentos de atuação, o que é também convergido com a tabela 6.

Tabela 6. Relação conhecer banco social/microcrédito e conhecer alguma prática ou instrumento de microcrédito

	Conhecer banco social/agência microcrédito			Total
		Sim	Não	
Conhece	Sim	48	122	170
	Não	5	77	82
	Total	53	199	252

De acordo com a tabela 6, apenas 48 pessoas conhecem algum banco social ou agência com microcrédito e conhece as suas práticas ou instrumentos de atuação, e 122 conhecem bancos sociais/agência de microcrédito, porém não conhecem suas práticas ou instrumentos, o que de algum modo causa uma fraca relação de independência, conforme apresentado na tabela 7.

Tabela 7. Matriz da esperança do conhecimento do banco social/microcrédito e conhecimento de suas práticas

		Conhece banco social/microcrédito		Total
		Sim	Não	
Conhecer	Sim	35,75396825	134,24603	170
	Não	17,24603175	64,753968	82
	Total	53	199	252
Teste qui-quadrado	0,053411			

De acordo com a tabela 7, apenas 5% das pessoas conhecem os bancos sociais/agências com microcrédito e conhecem suas práticas de atuação. A pesquisa confirma que ainda existem poucas evidências que confirmem o conhecimento e o benefício de microcrédito na população angolana, baseado nos pressupostos deste estudo.

3.4. Considerações finais

Conforme apresentado acima, estudos sobre o microcrédito ainda são pouco divulgados na realidade angolana, pelo que no horizonte temporal estudado há poucas evidências de estudos na base de dados da Web of Science relacionando microcrédito em Angola. Não menos importante, segundo os resultados obtidos através da análise do questionário, foi possível observar que há maior probabilidade de afirmar que existe uma forte dependência entre se beneficiar e conhecer algum banco social/agência com microcrédito, e conhecimento de algum banco social/agência com microcrédito com conhecimento de suas práticas ou instrumentos de atuação.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo procurou analisar o conhecimento dos bancos sociais/microcrédito em Angola. Começamos por observar as grandes diferenças entre a inovação convencional e inovação social. Ainda nesta secção foi demonstrada o quanto esta medida foi crucial para as comunidades em em períodos distintos. Apresentou-se também o exemplo de Raiffeisen na Alemanha com a associação do Pão e o exemplo do economista Yunus em Bangladesh com o Grameen Bank, que fizeram com que o microcrédito trouxesse de volta à economia aqueles que eram excluídos pelo setor formal, constituindo assim esta medida como um mecanismo de inclusão social.

O estudo também incluiu uma pesquisa bibliométrica acerca do microcrédito em Angola, que demonstrou que há poucas evidências para afirmar que não é pouco difundido. Esta percepção relaciona-se com o acesso aos mesmos mercados de crédito, quer em informações ou de benefício, já que em tese esta modalidade de empréstimo conta com monitoramento na gestão dos recursos emprestados. Importa ainda acrescentar que também há evidência de que existe uma forte probabilidade de dependência entre conhecimento dos bancos sociais/microcrédito e se ter beneficiado do microcrédito em Angola.

Deste jeito, importa referir que há uma grande necessidade de incentivos a exploração e posteriormente massificação sobre o microcrédito na realidade angolana, pois a sua abrangência no seio social implica de alguma forma, maior formação dos funcionários destas instituições para que possam capacitar ainda melhor seus beneficiários e é uma grande medida de inclusão social. O microcrédito é um mecanismo de redução da pobreza - a análise do microcrédito como medida de inclusão social confirma as suas implicações na capacitação dos seus beneficiários e o microcrédito como relevante para inserção na economia formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- Alves, J. (2020). *Faz falta um banco social?* (G. Martins & V. Duarte, Eds.; 1ª).
- Constituição da República de Angola, (2010). <https://www.up.ac.za/media/shared/Legacy/sitefiles/file/47/15338/angolaconstitutioninprt.pdf>
- Lei nº 14/21, Pub. L. No. 14/21 (2021). <https://www.kimpovi.com/legislacao/lei-do-regime-geral-das-instituicoes-financeiras/>
- Bamba, I. (2017). *Uma Análise Empírica ao Caso do Microcrédito em Angola*. Universidade Beira Interior.
- Banco Sol. (2019, December 24). *Transferências sociais monetárias*. Banco Sol. <https://www.bancosol.ao/#>
- Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 3–14. <https://doi.org/10.4013/csu.2011.47.1.01>
- Binencasa, C. R. J., & Texeira, M. C. S. (2011). *O surgimento da economia de comunhão de Chiara Lubich e do microcrédito de Yunus Muhammad*. Universidade Estácio .
- Brito, E. C., & Oliveira, C. M. (2019). BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E MOEDAS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA PIONEIRA DO BANCO DE PALMAS COMMUNITY DEVELOPMENT BANKS AND SOCIAL COINS: THE PIONEER EXPERIENCE OF THE PALMAS BANK. *ResearchGate*. <https://sites.google.com/site/orbislatina/>
- Carvalho, T. Franco. (2006). *Literatura comparada* (Editora Ática, Ed.; 4ª).
- Clegg, F. (1995). *Estatística para todos* (Gradiva, Ed.; 1ª).
- Correia, W., & Campos, F. (2011). Uso da Escala Likert na Análise de Jogos. *ResearchGate*. <http://bit.ly/rqTmHM>
- Da Costa, R. V. (1982). *A teoria do Desenvolvimento Econômico- JOSEPH SCHUMPETER*.
- Decreto Presidencial nº 89/23 de 31 de Março, Pub. L. No. 89/23 (2023).

- Dos Santos, A. B. A., Fazon, C. B., & Meroe, G. P. S. (2011). Inovação: Um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. *Caderno de Administração*.
- DUARTE, S. P. da S., Costa, E. M., & ARAUJO, J. A. (2016). O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no nordeste brasileiro: Uma avaliação a partir do programa Agroamigo. *Revista Espacios*.
- Fernandes, L. (2014). Dos sistemas de microcrédito na Lusofonia: problemas e soluções. *Revista Da Regulação e Concorrência*, 181–201. https://www.concorrenca.pt/sites/default/files/imported-magazines/Revista_CR20-21.pdf
- Figueiredo, R. J., José, J., & Ferreira, M. (2019). Análise bibliométrica de Kids: Uma contribuição da inovação ao desenvolvimento regional. *Latin American Journal of Business Management*, 10(1), 55–68. www.lajbm.com.br
- Forbes, D. (2016). How Can We Define “Innovation”? *Entrepreneur and Innovation Exchange*. <https://doi.org/10.17919/x9dw2x>
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: teoria e prática* (1ª).
- Hill, M. M., & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário* (M. Robalo, Ed.; 2ª).
- Honorato, L., Júnior, S., & Belloni, J. A. (2019). Percepção de êxito dos beneficiários dos programas de microcrédito da Amcred, Programa Gaúcho de Microcrédito do Banrisul, Banco Comunidade do BNB e Desenbahia. *Cadernos de Estudos Sociais*. <https://doi.org/10.33148/CES2595-4091>
- Manuel, J., & Caeiro, C. (2008). *Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia*. 61–72.
- Mark, B. (1994). *A metodologia da economia* (L. da Gradiva- Publicações, Ed.; 1ª).
- Medeiros, B. C., Danjour, M. F., & Sousa Neto, M. V. de. (2016). Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP): Uma Análise Bibliométrica Comparativa de Artigos Nacionais e Internacionais. *Revista de*

- Gestão e Projetos*, 07(03), 108–123.
<https://doi.org/10.5585/gep.v7i3.343>
- Moreno, L., & Morcillo, A. (2020). Teste do Qui-Quadrado. *Researchgate*. <https://doi.org/10.11606/s1518>
- OECD/EUROSTAT. (2005). *Oslo manual : guidelines for collecting and interpreting innovation data*. Organisation for Economic Co-operation and Development.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2012). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* . <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Pereira, P. V. (2018). A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-TESTE NA VALIDAÇÃO DE UM QUESTIONÁRIO : POR CORRELAÇÃO E GRAU DE CONFIABILIDADE. *ResearchGate*. <https://www.researchgate.net/publication/353632725>
- Pereira, S., & Mourao, P. (2012). Why does the microcredit borrowing rate differ across countries? A cross-country study. *International Journal of Social Economics*, 39(8), 536–550. <https://doi.org/10.1108/03068291211238428>
- Quevedo-Silva, F., Santos, E. B. A., Brandão, M. M., & Vils, L. (2016). Bibliometric study: Guidelines on its application. *Revista Brasileira de Marketing*, 15(2), 246–262. <https://doi.org/10.5585/remark.v15i2.3274>
- Ramella F. (2020). *Sociologia da inovação econômica-livro (1ª)*.
- Rodrigues S. (2016). *Microcrédito e o Desenvolvimento Económico na região da África Subsariana-O caso da desigualdade de género*. Universidade do Minho.
- Sad, P. (2019). *Análise da implantação de um banco social em Manhuçu/UG [Ec]*. Universidade Federal de Pananá.
- Sapsford, R., & Jupp, V. (1996). *Data collection and Analysis* .
- Schumpeter, J. (2012). *A teoria do desenvolvimento econômico- Um estudo sobre lucro empresarial, capital, crédito, juro e ciclo da conjuntura* (Fundação Calouste Gulbenkian, Ed.; 1ª).

- Singer, Paul. (2002). *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo.
- Smith, A. (1996). *Riqueza das nações* (Vol. 1).
- Spiegel, M. (1993). *Estatística* (M. Filho, Ed.; 3ª).
- Sumba, A. (2019). A REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DE INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS NA ÁFRICA OCIDENTAL. *Revista de Concorrência e Regulação*. www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20
- Taylor, J. (1970). Introducing Social Innovation. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 6, 69–77.
- Toneto, R., & Gremaud, A. P. (2009). *Microcrédito e o financiamento rural: recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial*. <https://www.researchgate.net/publication/242604171>
- Veiga, A. (2012). *O porquê e o para quê do microcrédito. O caso do Projeto de Capital de Risco Solidário em S. Tomé e Príncipe*. Universidade Católica Portuguesa.
- Weymeersch, E. (2018, February 3). *Friedrich Wilhelm Raiffeisen, o reformador social e benfeitor da humanidade*. <https://cooperativismodecredito.coop.br/2020/10/friedrich-wilhelm-raiffeisen-o-reformador-social-e-benfeitor-da-humanidade/>
- Yunus, M. (2008). *O banqueiro dos pobres: O microcrédito e a luta contra a pobreza no mundo* (Difel, Ed.; 5th ed.).

ANEXOS

ANEXO 1- QUESTIONÁRIO

Nota de apresentação: Este questionário foi desenvolvido como forma de recolha de dados sobre a validação das hipóteses sobre Microcrédito enquanto uma inovação em Angola, referente a minha Dissertação de Mestrado em Economia Social na Universidade do Minho.

INFORMAÇÕES GERAIS

- 1- Email
- 2- Nacionalidade
 - a) Angolana
 - b) Outra
- 3- Idade
 - a) 18-22
 - b) 23-27
 - c) 28-32
 - d) 33-37
 - e) 38-42
 - f) 43-47
 - g) 48-52
 - h) 53-57
 - i) 58-62
 - j) Mais de 62
- 4- Sexo
 - a) Masculino
 - b) Feminino

5- Qual é a tua atividade?

- a) Estudante
- b) Professor
- c) Militar
- d) Polícia
- e) Taxista
- f) Bancário
- g) Enfermeiro
- h) Contabilista
- i) Engenheiro
- j) Economista
- k) Jurista
- l) Voluntário
- m) Desempregado
- n) Outra

BANCO SOCIAL/MICROCRÉDITO

- 1- Conhece algum banco social ou agência com microcrédito em Angola?
- 2- Já alguma vez se beneficiou de algum microcrédito?
- 3- Conhece alguma prática ou instrumento adotado no microcrédito?

PRÁTICAS E INSTRUMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS BANCOS E AGÊNCIAS COM MICROCRÉDITO

- 1- Quais são as práticas de microcrédito que conhece?
- 2- Quais são as expectativas do funcionamento dos bancos sociais ou agências com microcrédito em relação aos créditos tradicionais?

a) Taxa de juros superiores

b) Taxa de juros inferiores

3- Acredita que os bancos ou agências com microcréditos em Angola contribuem para a redução da pobreza no país?

1- Discordo totalmente

2- Discordo parcialmente

3- Nem discordo e nem concordo

4- Concordo

5- Concordo totalmente

4- Como avalia as práticas do microcrédito no estímulo ao microempreendedorismo?

1- Muito péssima

2- Péssima

3- Nem péssima e nem boa

4- Boa

5- Muito boa

ÁREA DE AVALIAÇÃO DA PARTILHA DE INFORMAÇÃO DE CONTEÚDOS SOBRE O MICROCRÉDITO

1- Como avalia a partilha de informação sobre o microcrédito em Angola?

1- Muito péssima

2- Péssima

3- Nem péssima e nem boa

4- Boa

5- Muito boa